

CULTURA MATERIAL DA BATALHA DO JENIPAPO¹

Material Culture of The Battle of Jenipapo

Arno Alvarez Kern²

aakern40@gmail.com

Maria do Amparo Alves de Carvalho³

maamparoacarvalho@hotmail.com

RESUMO

Este texto é parte da pesquisa de doutorado sobre a cultura material da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823 em Campo Maior-PI, quando as tropas do Major Fidié atravessavam o rio Jenipapo rumo à capital Oeiras, com o intuito de combater as tropas independentes na capital da província. Apresentam-se também as evidências sobre os artefatos bélicos referenciados na bibliografia sobre a referida batalha, assim como aqueles remanescentes do campo de batalha que estão presentes no “Museu no Jenipapo”. Os mesmos fazem parte daquele acontecimento histórico e da memória dos combatentes da Batalha do Jenipapo.

Palavras-Chave: Batalha do Jenipapo. Artefatos Bélicos. Cultura Material.

¹ CARVALHO, Maria do Amparo Alves. Batalha do Jenipapo: Reminiscências da Cultura Material em uma Abordagem Arqueológica. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, 2014.

² Departamento de História, PUCRS.

³ Departamento de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, UFPI.

ABSTRACT

This text is part of the PhD research on the material culture of the Battle of Jenipapo, held on March 13, 1823 in Campo Maior-PI, when Major Fidié's troops crossed the Jenipapo River towards the capital of Oeiras, in order to combat the independent troops in the provincial capital. Evidence is also presented on the warlike artifacts referenced in the bibliography of that battle, as well as those remnants of the battlefield that are present in the "Museum in Jenipapo". They are part of that historical event and the memory of the Battle of Jenipapo combatants.

Keywords: Battle of Jenipapo. Warlike Artifacts. Material Culture.

ANTECEDENTES

A investigação acerca da cultura material da Batalha do Jenipapo ganhou maior contorno a partir da percepção de que, no universo da historiografia piauiense, havia essa lacuna em torno de um tema relevante para a sua história. A abordagem sob o crivo arqueológico foi antecedida pela prática metodológica da história Oral na qual se objetivava perceber a repercussão que esse acontecimento histórico ainda tinha sobre as vidas das pessoas na cidade de Campo Maior. Os contatos ocorreram em meio a muitas andanças pelas ruas da cidade, seguidas de muita conversa com alguns moradores, especialmente aquelas pessoas mais antigas da cidade e do seu entorno, moradores estes que possuíam uma característica em comum: um gosto por contar, pesquisar e escrever as histórias relacionadas à Batalha do Jenipapo.

Os contatos foram feitos de forma pontual, e à medida que foram surgindo a necessidade de se esclarecer aspectos importantes, como aqueles relacionados aos

instrumentos bélicos existentes no Museu do Monumento. Nesses casos ouvir o que o povo conta é sempre interessante, suas histórias são carregadas de significados e de vivências compartilhadas, de um tempo em que a lembrança se torna esse eterno presente, a partir da qual se pode elaborar parâmetros e juntar os fragmentos da memória para compor uma narrativa. Mesmo que as armas ali expostas não possuam nenhuma identificação sobre seu período de fabricação e uso, de forma geral, a população acredita que as mesmas foram usadas pelos combatentes do Jenipapo. A descontextualização de um artefato, o desconhecimento da sua procedência torna sua identidade limitada e obscura. Entretanto os pequenos detalhes podem fornecer importantes indícios, a partir dos quais se poderá demarcar a sua fabricação e o seu uso como no caso das armas, pois cada uma possui suas nomenclaturas e códigos, pois “se como arqueólogos, não podemos conhecer tudo sobre o passado, podemos, pelo menos, conhecer muito do que é importante (TIGGER, 2004, p. 390). A identificação das armas, hoje existentes no Museu do Jenipapo são de fundamental importância para se compreender esse aspecto da Batalha do Jenipapo a partir dos artefatos remanescentes.

O significado do termo artefato está associado à própria definição de arqueologia como “a ciência dos artefatos e das relações entre os artefatos, conduzida em termos do conceito de cultura” (DUNNELL, 2006, p. 152), enquanto o artefato diz respeito “a qualquer ocorrência que exiba qualquer atributo físico que possa ser considerado como resultante da atividade humana” (IDEM, 154).

Compreendidos dessa forma, os artefatos aos quais se faz referência, neste capítulo dizem respeito aos utensílios remanescentes da Batalha do Jenipapo, os quais foram aqui, definidos em duas categorias: artilharia de campanha e infantaria. Os artefatos são as formas mais evidentes da presença e da ação do ser humano, desde os primitivos aos mais modernos, referem-se aos mais diferentes objetos, a qualquer tipo de utensílio, às ferramentas em geral, aos elementos produzidos a partir das artes mecânicas, os quais, juntos, formam aquilo que em arqueologia se denomina de cultura material.

As concepções sobre cultura material são bem abrangentes e dessa forma, cabe aqui, uma elucidação a esse respeito. Antes, porém faz-se necessário compreender sobre o conceito de cultura. Há diferentes conceitos de cultura desenvolvidos por diversas áreas do conhecimento humano, entretanto o conceito do qual se faz referência, diz respeito a uma concepção antropológica de cultura, de forma abrangente, compreendido por Geertz, como fundamentalmente semiótico⁴. Dessa forma, ele partiu do pressuposto de que o ser humano “é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. E, nessa concepção a cultura é compreendida “como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15). A sua investigação consistia

⁴ A semiótica é a ciência que estuda os signos e as leis que regem sua geração, transmissão e interpretação. É uma disciplina do universo das ciências sociais surgida no século XX, porém suas raízes remontam à antiguidade grega. É compreendida como a ciência de toda e qualquer linguagem.

justamente nessa procura de explicação para os enigmas sociais vivenciados em suas experiências, nas quais necessitava construir explicações plausíveis. Dessa maneira ele faz compreender que “a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento” (GEERTZ, 1989, p. 21). De modo que a cultura de uma sociedade compreende o *locus classicus* de todo o movimento no qual cada ser humano deve saber e agir, de forma a ser aceito pelos membros de um determinado grupo, entretanto, compreendida dessa forma a cultura assume um caráter e significado público.

Nessa mesma linha do raciocínio antropológico, a cultura tem sua manifestação através de criações particulares, como “hábitos, aptidões, ideias, comportamentos, artefatos, objetos de arte, ou seja, todo o conjunto da obra humana de modo geral”. Essas mesmas manifestações são subjetivadas e “fornecem padrões individuais de comportamento firmado em conjunto de valores, conhecimentos, crenças, aptidões, qualidades e experiências em cada indivíduo” (BATISTA, 2010, p. 107). Dessa maneira o campo da cultura é complexo e abrangente e deve ser compreendido em cada contexto particular.

213

ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL

A partir do conceito de cultura se originou o conceito de cultura material, assim entendido por se relacionar a um produto resultante da habilidade e da capacidade do ser humano de manusear matérias primas e transformá-la em artefatos

humanos de uso doméstico, individual, coletivo e industrial, assim como edificar monumentos de variada modalidade e utilidade como habitação, pontes, aquedutos transformando o seu habitat natural. Todavia o estudo da cultura material nunca poderá ocorrer por si próprio, ou em contextos desvinculados das tramas e das relações sociais e humanas em razão de a cultura material ser a marca identitária de uma circunstância cultural específica, na qual os objetos produzidos adquiriram uma dimensão intensa e ideológica, de forma que:

As condições materiais contribuem para a estruturação das relações sociais. No processo de estruturação social, a cultura material desempenha um papel ativo e variável. Não espelha a sociedade, pelo contrário pode construir, manter, controlar e transformar as relações sociais. [...] Se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontraremos, por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social. [...] Um ponto de grande relevância, portanto, é a avaliação dos múltiplos contextos de significação da cultura material dentro da sociedade. Por não serem fixos os seus significados, podem sobrepor-se, e é esta pluralidade que faz com que estes sejam específicos a um determinado grupo e é nesse ponto que a discussão se centra na construção de identidades. (ZARANKIN, 2002, p. 09).

Com esse entendimento, e a partir da cultura material, foi possível à arqueologia investigar determinados aspectos de sociedades antigas e inferir como certos

elementos se conservaram, ou se modificaram ao longo do tempo. Assim como certos grupos se sobrepuseram a outros, em razão do seu desenvolvimento tecnológico modificando sua cultura como foi o caso do processo de colonização sul-americana que modificou completamente a cultura autóctone como a do colonizador a partir do entrelaçamento de culturas diferentes. Numa mesma sociedade sempre coabitaram simultaneamente, grupos de condições materiais e sociais diferenciados, fatores esses determinantes para a estruturação das relações sociais de dominação e exploração do mais forte sobre o mais fraco.

No Brasil, Tânia Andrade Lima (2011) discute esse tipo de abordagem da trajetória da cultura material e a sua relação com o campo da arqueologia. Contudo, embora a arqueologia se caracterize pelos estudos da cultura material, a mesma não é apanágio apenas dessa área, de modo que as ciências sociais e humanas em geral, também têm se ocupado em explorar a inter-relação dos objetos materiais nas relações sociais, sejam elas:

Envolvidas com a história da tecnologia, da arte, da arquitetura e do design, bem como com a semiologia, sociologia, antropologia cultural, história social, geografia, ciências da cognição, psicologia, museologia, entre outras. Se por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica (LIMA, 2011, p. 12).

Para LIMA (2011) a Arqueologia compreendida como um ramo do conhecimento que se ocupa da “emergência, manutenção e transformação dos sistemas socioculturais”, por meio da cultura material, se ocupou desde o princípio em abordagens, que privilegiou na análise desses artefatos a forma, o espaço e o tempo, associando-os dessa forma, às três dimensões da vida social. Esse tipo de análise foi condizente com os diferentes paradigmas de abordagens teóricas da disciplina. De acordo com o enfoque do histórico-culturalismo,

A cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhados por um determinado grupo. Inertes os artefatos portariam significados que lhe seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser reconstituído (LIMA, 2011, p.13).

Esse modo de fazer arqueologia encontrou na “classificação de materiais arqueológicos e no desenvolvimento de tipologias” seu objetivo final. Essa prática, a qual se condicionou ao trabalho rotineiro em laboratório perdurou até a primeira metade do século XX, quando esse paradigma passou a ser rejeitado e criticado, ao tempo em que foi sendo substituído por uma abordagem rigorosa e condizente com as ciências da natureza, justificando dessa forma a opção por um enfoque mais sólido da disciplina. Por esse viés as mudanças culturais deixaram

de ser analisadas pelas “influências migratórias” e passaram a ser vista como fruto de “processos evolutivos disparados pela dinâmica do sistema”, e assim:

Nessa perspectiva fortemente determinista, a cultura material foi entendida como um produto passivo da adaptação humana ao ambiente externo, sendo analisada, sobretudo, em seus aspectos tecnológicos e econômicos, à luz de rigorosos tratamentos estatísticos. Suas dimensões ideacionais, como significados simbólicos, crenças, motivações etc., foram considerados inacessíveis à investigação científica, tendo sido seu estudo, entendido como altamente especulativo, por essa razão deixada de lado pelos pesquisadores processuais. Para eles, as coisas materiais mudam porque os sistemas mudam, quando em

217

desequilíbrio, buscando uma maior eficiência adaptativa (LIMA, 2011, p. 15).

Os sucessos dessa abordagem teve vida efêmera, especialmente em razão de a mesma ter concebido o ser humano como um sujeito incapaz de realizar suas próprias escolhas, e de transformar a própria existência, no entanto tornando-se um refém da mesma. Dessa forma, essa abordagem se revelou inaceitável por um grande número de arqueólogos, que percebendo a fragilidade da teoria passam a formular novas abordagens, levando em conta o processo de evolução biológica, adaptando-o para uma evolução cultural, evolução compreendida como processo. “Evolução é continuidade com mudança, mudança na composição de uma população através do tempo” (IDEM. p.16). Na teoria evolucionista de Darwin a adaptação do indivíduo é uma característica fenotípica e nele são visíveis os seus

traços físicos e comportamentais. Dessa forma “os artefatos, por conseguinte, seriam os restos fossilizados de fenótipos humanos bem sucedidos”. [...] “Os indivíduos que fizeram os artefatos estiveram submetidos a processos evolutivos, de modo que os elementos materiais da cultura não são o reflexo, mas componentes ativos do processo adaptativo” (IDEM, 17).

Essas mudanças paradigmáticas na abordagem da cultura material se processaram desde os anos de 1970, entretanto somente começaram a ser absorvidas por volta dos anos de 1990 sob a perspectiva dos arqueólogos identificados com um enfoque pós-processualistas influenciados por diferentes abordagens teóricas. Nessas novas abordagens:

218

A cultura material não tem significados inerentes, os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes conferem significados. [...] A cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas. [...] Assim como a linguagem, a cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada um texto (IDEM, 19).

A partir dessa percepção, dos objetos materiais como potencialidade de leituras, a arqueologia histórica a qual se define como o estudo da sociedade moderna, e em especial, o estudo sobre a cultura material, deve levar em conta os discursos que contribuíram para a construção da sociedade na América Latina, a expansão

européia e a consolidação do sistema capitalista em uma nova ordem social (ZARANKIN, 2002, 06). Dessa forma, na América Latina, as pesquisas que evidenciam os espaços habitados por volta do século XVIII têm revelado uma abundante presença da cultura material de origem europeia, fato este que corrobora para a confirmação de que:

A constituição da sociedade moderna envolveu a expansão das novas mentalidades, bastante interessadas na criação de uma cultura massiva, disposta a unificar e integrar grupos de indivíduos, dispersos muitas vezes por amplos territórios. Tal interesse foi profundamente identificado com a lógica mercantil portuguesa. [...] O poder absoluto, fundado no autoritarismo e máxima concentração decisória nas mãos do rei, foi o responsável pela irradiação dos princípios que iriam nortear uma cultura massiva, e orientados à manipulação (SOUSA, 2002 p. 72-73).

219

Nos estudos da cultura material é imprescindível que se considere o contexto das ocorrências como aspecto fundamental e específico de cada comunidade em particular, evitando, dessa forma qualquer explicação generalizante, mas priorizando explicações que explorem as particularidades e singularidades de uma região e de uma comunidade, sem descuidar das vinculações mais abrangentes. Considerando esses elementos acima citados como fundamentais em uma análise da cultura material há, também que se atentar para a metodologia de análise desses artefatos. Para tanto, Luis Cláudio Symanski ao estudar as “práticas

econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX, a partir de um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos” oferece importante orientação metodológicas de como proceder à análise do material arqueológico. Nesses casos o primeiro procedimento é observar a variedade de categorias materiais e proceder à análise por categorias: louças, cerâmicas, vidros, e metais (SYMANSKI, 2008, p. 76).

Entretanto, no caso das louças encontradas no sertão cearense foi feita uma classificação considerando os atributos tais como: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor, padrão decorativo, os quais são indicativos do período de fabricação das peças. As amostras de vidro foram separadas os fragmentos por cores e identificando os atributos tecnológicos e morfológicos, os quais permitiram determinar o período de produção de cada peça por categorias funcionais: recipientes medicinais; garrafas de bebidas, peças de mesa e outros. Quanto ao material cerâmico foram quantificados os fragmentos e considerados os seguintes atributos: “forma; técnica de produção; tipo de pasta; tipos de antiplastos; tratamento de superfície; técnica de decoração; motivos decorativos” (IDEM, 76).

A pesquisa realizada no sítio Queimadas I mostrou que a grande maioria das amostras de cerâmica era proveniente de uma produção daquela comunicada, ou então de outras em nível regional as quais possuíam um alto valor de uso e um baixo valor de custo, uma vez que tais peças poderiam ser vendidas, ou até mesmo

trocadas por outros objetos nas feiras locais conforme a necessidade das pessoas daquela comunidade.

De acordo com SYMANSKI, (2008, p. 83) para um melhor aprofundamento sobre essas peças, e sobre as relações sociais entre os membros daquela comunidade sertaneja, houve a necessidade de aprofundar os conceitos de artefatos arqueológicos como *commodities*⁵, ou seja, quando os mesmo artefatos têm existência econômica e social (APPADURAI, 2008). E nessa perspectiva, compreender qual seria o valor de uso e o valor de troca dos produtos encontrado nessa comunidade sertaneja. Nesse contexto, na referida comunidade, havia a predominância de produção cerâmica local-regional, marcada por uma forte autonomia econômica, pois nesse caso a,

221

Autonomia material estava provavelmente relacionada à subcapitalização desses grupos domésticos da região, caracterizados como pequenos proprietários rurais – agricultura de subsistência, criação de pequenos rebanhos e prestação de serviços diversificados aos grandes proprietários rurais (SYMANSKI, 2008, p. 84).

O retrato dessa comunidade no sertão cearense do século XVIII é ilustrativo para se compreender como esse padrão de comunidade não capitalista poderia ser um tipo de organização que prevaleceu por todo o sertão nordestino no século XVIII e

⁵ Por *commodities* se compreendem os produtos e serviços comercializados em todo mundo e cujos preços são definidos pelo mercado internacional como os minerais e os gêneros agrícolas.

XIX. E dessa forma, se pode fazer um contraponto com o modo de vida nas comunidades de pequenos agricultores e sitiantes, na primeira metade do século XIX, no Piauí, quando ocorreu a Batalha do Jenipapo. De tal maneira, se pode utilizar esse exemplo como um parâmetro de como uma parcela da sociedade estava organizada naquela época, seguindo uma lógica não capitalista característica dessas sociedades consideradas intrínsecas, nas quais,

A posição do sujeito está relacionada ao que ele é e não com a posse dos bens materiais. [...] A caracterização intrínseca das populações sertanejas é pautada em valores não capitalistas, em que qualidades como honra coragem, trabalho, valor da palavra, e resistência às adversidades são mais valorizadas do que a posse de bens materiais. [...] isso explica a condição de celebridades históricas a que foram alçados cangaceiros como Lampião, e religiosos como Antonio Conselheiro. [...] a lógica não capitalista pode ter sido típica das sociedades sertanejas (IDEM, 85).

A partir do estudo dessa comunidade cearense, estimam-se que por volta da segunda metade do século XVIII, quando a ocupação do território piauiense já estava consolidada, e até meados do XIX, havia uma sociedade com valores, hábitos, costumes e condição social bem diferenciados e vivendo em paralelo, pois, “os proprietários rurais da região, desde o período colonial, já estavam enquadrados no capitalismo: produção voltada para o lucro, uso do trabalho assalariado, ou de agregado, ou de escravos, ou o combinação variável entre as três formas de trabalho” (IDEM, 85). A condição de ocupação da terra

estabelecida pelo processo de colonização no Piauí predominou a pecuária e a agricultura de subsistência, por todo o século XIX. Neste contexto, dada à ausência da *plantation*⁶, a exploração da terra ocorreu predominantemente através do colonato, modalidade esta que:

Abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele entregando parte da sua produção em troca de proteção, *e de um lugar para sobreviver com sua família [grifo meu]*, estabelecia-se dessa forma uma relação de apadrinhamento e dependência pautado numa troca essencialmente injusta (ARAÚJO, 2009, p. 72).

Nestas condições em que vivia o homem do campo piauiense, no século XIX, atender a qualquer convocação, para qualquer diligência era mais do que uma obrigação, era um dever de lealdade com seu patrão pelo simples fato de o mesmo acolhê-lo com sua família em suas terras.

Determinadas características das comunidades intrínsecas, como honra, coragem e resistência nas adversidades se ajustam perfeitamente às características do grande número de pessoas anônimas que lutaram na Batalha do Jenipapo. Sobre elas se podem perceber observações tais como:

⁶ A *plantation* foi a forma como se caracterizou a exploração das colônias europeias, da América nos séculos XV ao XIX, nas quais predominou o grande latifúndio por meio da monocultura, do trabalho escravo e da exportação da produção para a metrópole.

O povo estava acima de qualquer expectativa. Cada um o *vaqueiro* e o *roceiro* foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apelo, e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou a espera dos portugueses para o combate. É assim que perto de dois mil homens vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. [...] E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iriam ao encontro de Fidié quase desarmados (CHAVES, 2005, p. 87-88).

Como se pode perceber, houve um apelo e chamamento das autoridades nas vilas da circunvizinhança de Campo Maior, à população, no sentido de ingressarem naquela missão militar, com o objetivo de impedir a passagem do major português em direção a Oeiras. Todavia, esse tipo de mobilização da população, essencialmente masculina era comum em tempos de guerra, pois não havia regimento permanente em quantidade suficiente, nem condições para mantê-los, contudo duas vezes ao ano todos os homens alistados eram convocados para eventos militares ordinários. Esse recurso foi bastante utilizado na organização das juntas das missões contra os índios, nas quais se convocava mesmo contra a vontade, os índios dos aldeamentos para guerrear contra outras tribos, que não se deixaram pacificar pelo colonizador português. Todavia, por esse viés se pode atribuir uma participação do povo na Batalha do Jenipapo, motivado pela honra, pela solidariedade, lealdade, coragem e determinação nas adversidades da vida, e

pela convocação obrigatória ao qual estava sujeito, fato que a difere de uma participação popular de conotação patriótica.

Sobre a concepção de participação popular SÁ FILHO (1991) distinguiu duas formas: a participação provocada ou a voluntária. A participação voluntária se caracteriza pela apresentação de princípios e ideias claras sobre ação crítica dos sujeitos sociais na realidade a qual está inserido. Esse tipo de participação ocorre fundamentado em uma luta grupal respaldada em decisões elaboradas e executadas coletivamente por diferentes categorias sociais que acreditam e defendem os mesmos objetivos. A participação provocada ocorre quando há persuasão, aliciamento para a defesa de uma causa na qual os envolvidos não têm a devida clareza e convicção de que aquela causa é também sua, existindo uma falsa consciência e manipulação a qual se pode compreender, desde a participação de indivíduos apenas, ou de uma coletividade (SÁ FILHO, 1991, p. 158). Sobre a participação do povo no processo de independência no Piauí ele faz a seguinte afirmação:

O povo foi aliciado a aderir ao movimento. Pegou em armas, obedeceu, executando ordens, mas não participou de nenhuma decisão. Não foi ouvido, nem sua vida alterada, as estruturas sociais e econômicas nada mudou após os acontecimentos. Ao povo não foi dado o direito de decidir sobre a sua história (SÁ FILHO, 1991, p. 169).

O processo de manipulação e aliciamento da população piauiense já era uma prática corriqueira desde a implantação dos primeiros currais de gado quando os primeiros curraleiros tentaram absorver a mão de obra indígena a “ferro e fogo” como bem definiu MIRANDA (2005), e quando não conseguiam, adotavam métodos extremos como a tentativa de exterminar os grupos indígenas rivais. Essa prática perdurou até o princípio do século XIX, em razão da constante resistência indígena, que perdurou por mais de um século, quando o colonizador executou seu projeto de conquista da terra. E, com este objetivo não se absteve em deflagrar, sob qualquer circunstância e empecilho, todo tipo de perversidade, uma vez que detinha especialmente o poder e a superioridade nas armas de fogo.

226

MATERIALIDADE DA BATALHA DO JENIPAPO

Com o objetivo de investigar sobre os equipamentos bélicos remanescentes da Batalha do Jenipapo, um dos procedimentos metodológicos foi realizar um levantamento rápido sobre esse acontecimento histórico a partir de documentos existentes no Arquivo Público do Piauí⁷ como já mencionado anteriormente. Tal verificação possibilitou encontrar uma lista manuscrita, na qual estava discriminada a solicitação de instrumentos bélicos necessários à composição da Companhia de Infantaria da Província do Piauí. Foi importante notar que a referida lista era datada de 1821, quando já havia no Brasil certa movimentação

⁷ O Arquivo Público, ou “Casa Anísio Brito” constitui o principal acervo histórico e documental do Estado do Piauí há mais de 100 anos como espaço privilegiado que agrega os documentos importantes para a realização de pesquisas nas mais diferentes áreas.

em torno das questões pertinentes à Independência e a referida província encontrava-se desguarnecida de um corpo militar adequadamente preparado para as possíveis missões militares. A referida lista estava acompanhada de um ofício, direcionado ao Brigadeiro, encarregado do Governo das Armas da Província, Manuel de Sousa Martins, para que o mesmo deliberasse a respeito da referida lista. O ofício tratava da questão da seguinte maneira:

“Ilmo. Senhor Comandante da Companhia Palácio do Governo de Oeiras, 5 de Novembro de 1821.

Tendo-me ordenado o Ilmo. Governador que foi desta Província que lhe remetesse uma relação do Armamento, Ferramenta, e mais utensílios que se fossem precisos para a Companhia do meu comando, satisfiz ao mesmo Sr. Governador em 10 do corrente, e como não me fosse deliberado a esse respeito, tenho a bondade de remeter a V.S. A cópia da dita relação, para V.S. ter a bondade de fazer chegar ao conhecimento da Exma. Junta Provisória e ordenar-me o que for a Ima. Exma. Junta julgar conveniente.

Deus Guarde. a V.S. Quartel de Oeiras, 28 de Abril de 1821.

Exmo. Sr. Brigadeiro Manuel de Sousa Martins

Encarregado do Governo das Armas desta Província.

Joaquim Themoteo de Brito

1º Tenente.”

(INDEPENDÊNCIA, 1822).

O ofício acima citado apresenta na parte superior uma data a qual não corresponde à outra do final do ofício. Pelo teor do mesmo, uma cópia com essa solicitação já havia sido enviada anteriormente, porém sem resposta, fato este que levou o Primeiro Tenente Themoteo de Brito, a reenviar a mesma solicitação, visto que o governo, naquele momento estava sob o comando da Junta Provisória, eleita naquele princípio de 1821, como consequência do movimento liberal do Porto, o

qual havia enviado uma Constituição provisória ao Brasil determinando que as capitanias fossem transformadas em Províncias e que se realizassem eleições gerais para escolher os representantes para as Cortes. As províncias sob a responsabilidade do governador das armas ficariam atreladas diretamente a Portugal. Fato este que fez o Governo Português enviar para o Piauí o Major Fidié para assumir o Comando das Armas na Província, ficando explícita dessa forma a intenção de Portugal em manter o Piauí, assim como o Maranhão e o Pará vinculados a Portugal. (NUNES, 2006, p. 35).

Quanto à lista enviada pelo Primeiro Tenente Themoteo, a mesma se tornou um importante indício, a partir da qual se realizou algumas conjecturas como, identificar o tipo de armamento utilizado pelas corporações militares, na primeira década do século XIX, na Província do Piauí e conceber ideias para a construção da narrativa da batalha e seu contexto bélico. A referida lista encontrava-se assim discriminada:

6 Alabardas;
2 Caixas de guerra de metal;
4 Barguetas para as ditas;
2 caixões para as ditas;
158 Espingardas;
158 Varetas de ferro;
158 Agulhetas com escova;
158 Baionetas;
158 Bainhas para as ditas;
158 Martelinhos;
158 Sacatrapos;
158 Pederneiras de chumbo;

158 Pedras de fuzil;
158 Patronas com correames;
158 Cartucheiras de folhas;
158 Bandoleiras;
158 Japrapeiros;
166 Sabres com bainha;
166 Bornais;
166 Raias para as ditas;
166 Mochilas de roupas;
166 Ditas de Viris;
166 Caixotes com mangas;
166 Panos de garupa para as ditas;

<i>166 Marmitas de folhas;</i>	<i>2 Pás de ferro;</i>
<i>166 Lâminas para as ditas;</i>	<i>24 Sacos para condução de farinha;</i>
<i>166 Cantis com correias;</i>	<i>Quartel de Oeiras, 10 de Abril de 1821.</i>
<i>166 Raias de Armas de Barretinas;</i>	<i>Assinado: Joaquim Themóteo de Brito</i>
<i>166 Raias de Número para Barretinas;</i>	<i>Primeiro Tenente</i>
<i>10 Marmitas de cobre;</i>	<i>Estou conforme,</i>
<i>10 Sacos para as ditas;</i>	<i>Joaquim Themoteo de Brito</i>
<i>2 Machados;</i>	<i>(assinatura)”</i>
<i>(INDEPENDÊNCIA, 1822).</i>	

Observando bem, nesta lista constam poucos armamentos, dos quais se poderia destacar: as alabardas, as espingardas, os sabres, as espadas e as Machadinhas. Compreende-se como arma “todo objeto que possui característica de aumentar a capacidade de ataque e defesa” (CARDOSO, 2011, p. 21). As armas podem ser de dois tipos: manuais e de arremesso. As armas manuais funcionam como se fossem um prolongamento do braço, constituindo-se na grande maioria como “armas brancas” das quais fazem parte as espadas, os sabres constituídos por lâminas metálicas, utilizadas pela infantaria em combates corpo a corpo.

Enquanto as armas de arremesso produzem efeitos à distância de quem as utiliza, classificando-se nessa categoria, as armas de fogo. Na referida lista, apenas uma arma de fogo, a espingarda de pederneira com baioneta. Porém, também faz referência ao uso do fuzil, uma denominação italiana da espingarda. A espingarda é uma arma de fogo portátil de carregamento posterior, de cano longo e sem raizamento (alma lisa), em uma larga utilização, na caça, nos desportos de tiro, defesa e combate (IDEM, 21). A descrição e o contexto histórico dessas armas

constitui-se um exercício relevante para se desenvolver em outra oportunidade, porém não será o foco desse artigo.

REMINISCÊNCIAS BÉLICAS DO MUSEU DO JENIPAPO

Ao longo dos últimos quarenta anos, desde a fundação do Museu do Jenipapo quando os artefatos bélicos foram expostos no referido Museu, os mesmos não receberam nenhum cuidado e tratamento especial, no sentido de promover a sua manutenção. Os mesmo têm proporcionado até divergências de opiniões entre os próprios administradores, pois alguns acreditam que os referidos equipamentos foram de fato usados na Batalha do Jenipapo, enquanto outros dizem que os mesmos são uma espécie de instrumentos obsoletos remanescentes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Em meio a essas opiniões uma questão se impõe: a identificação dos referidos artefatos.

A exposição dos objetos despertou o desejo de alguns visitantes em adquirir uma lembrança de um objeto remanescente da batalha (fato este que poderia ser resolvido se tivesse naquela localidade algum artista que confeccionasse souvenirs com os motivos da batalha, porém não há material bélico da batalha pra isso, mas bem que se poderia conservar os ex-votos e dá-los um destino mais digno) e sem atentar para os devidos critérios sobre os cuidados com os bens culturais de um museu, alguns funcionários e cuidadores, sem o devido preparo contribuíram para o extravio de algumas espingardas, das indumentárias e de projéteis de canhões. De tal forma o acervo que deveria ter sido ampliado e até mesmo submetido a

estudos e análises, teve na verdade o seu acervo defraudado depois de ter sofrido quatro transferências de espaços⁸ até ser definitivamente instalado no interior do Monumento e Museu do Jenipapo, como previa a planta original. Esses motivos acusam a gravidade do contexto. Ocorrências dessa natureza provocam um descrédito da população em relação à capacidade do poder público de salvaguardar o Patrimônio Público e zelar pela conservação das peças que foram doadas, inclusive resguardando os nomes dos seus doadores. Não há uma lista dos doadores.

Dessa forma, a questão que se impõe é a da identificação dos artefatos bélicos e assim se obter uma maior compreensão do acontecimento histórico por meio dos seus vestígios. As armas existentes no Museu do Jenipapo, dentre elas doze espingardas, quatro peças de canhões, um projétil, um punhal, e algumas munições possuem alguma semelhança com aquelas utilizadas pelos combatentes do Jenipapo?

231

⁸ Sobre os artefatos bélicos, constam em documentos da época da sua inauguração, que os mesmos foram instalados no Museu do Jenipapo. Entretanto, não foi possível identificar aonde foi o local de instalação desse Museu no ato da sua inauguração. Em 1984, época da organização dos Museus no Piauí, foi fundado o Museu do Couro, no qual existia uma sala somente com acervos sobre a Batalha do Jenipapo. No final da década de 1990 o casarão que abrigava o referido Museu foi vendido e o seu acervo transferido para o Casarão da Família Bona Primo, ao lado da Igreja de Santo Antônio, e desta foi transferido para o Museu do Jenipapo, no Governo Mão Santa, por volta do ano 2000. Entretanto, o pouco espaço não comportava todo o acervo do Museu do Couro, fato este que provocou o extravio de grandes peças de madeira de engenhos antigos e maquinários de curtumes a partir das quais se tratava o couro do gado para transformá-lo em sola a ser comercializada.

Antes, porém de responder às questões formuladas, faz-se necessário uma compreensão sobre o processo de amadurecimento intelectual para se proceder ao exercício de identificação do referido acervo. O primeiro passo foi tentar encontrar uma pessoa que tivesse conhecimento de armas antigas para fazer a devida identificação das mesmas. Esse foi um trabalho árduo, demorado, paciente, pois precisava respeitar o tempo e o movimento de quem dizia ter interesse em colaborar nesse trabalho.

Entretanto foram nessas idas e vindas, contatos, telefonemas, promessas não cumpridas, aborrecimento, tristeza, fracasso, sensação de perda de tempo, impotência, porém, ganho em aprendizagem. Pouco adiante insistir tantas vezes em algo que se apresenta tão complicado, mudar as estratégias em certas circunstâncias, significa recuar e tomar um atalho no meio do caminho. E atalhos, quando usados com critério, são importantes para se alcançar a meta desejada. E o atalho se mostrou ser, na verdade, o caminho. O apoio necessário chegou a tempo, do 2º BEC “Heróis do Jenipapo”, em Teresina. Os Sargentos Valburg e Emerson tomaram essa causa como sua e outra batalha foi vencida. Seria esse mais um milagre das almas do batalhão? Ou o resultado de uma persistência incessante?

A identificação, especialmente das espingardas, talvez, apresente algumas lacunas, contudo foi um passo significativo, para que essas peças deixem o anonimato e recebam o tratamento adequado. O processo para se chegar a uma identificação das mesmas ocorreu em três momentos específicos: o primeiro momento foi quando se fez o contato direto com as respectivas peças, cujo objetivo era identificar nas mesmas alguma inscrição, numeração, ou símbolo de

fabricante. Naquele momento e com a colaboração de Josinaldo Bitencourt e Luzia Leal, ambos os mestrandos da Pós-Graduação em Arqueologia da UFPI, os primeiros passos haviam sido dados, pois pelo estado de deterioração das espingardas, tudo levava a crer que nenhuma inscrição seria identificável. Para esse procedimento utilizou-se o critério de identificação numérica. Cada espingarda foi fotografada em diferentes posições destacando principalmente seu mecanismo de disparo, parte essencial para sua identificação. Dessa forma cada arma passou a ser identificada pelo código numérico de 01 a 12, considerando a quantidade das mesmas. Nesse primeiro momento de manuseio das armas se conseguiu identificar as seguintes inscrições, números e símbolos num trabalho criterioso, metuculoso e persistente:

233

Espingarda: N° 01

7005

75 G B T

Espingarda: N° 02

LOEWE BERLIM 1891

Espingarda: N° 03

65307

Espingarda: N° 04

507 100

Espingarda: N° 05

MAUSER MODELO ARGENTINA
1891

MANUFATURA DOEWE BERLIN

Espingarda: N° 06

TOWER

GR

Espingarda: N° 07

A (esse A está dentro de um círculo) +
EM 8 ENACA

A LIESE ou LIEGE

1078

OBS: (A Letra acima parece ser S, ou,
G-Letra de difícil identificação).

Espingarda: N° 08

+ 2 1 9 3 8 (Números na vertical)

2 1 9 3 8 +

75678910 11 12 13 14 15 16 17 18 19
20

Na lateral 2000 1500 1000 500 300

Espingarda: N° 09

102005

Sequência de números não identificados
RIFLECO ECSHOHLASE
PATD MARO
O7

Espingarda: N° 10

Sequência de números não identificados
75799

Espingarda: N° 11

47 (1) 439

NC

4939 números não identificados

142 – números gravados no cabo de madeira

Inscrição – G. MORDANTE LIEGE.

SEQUÊNCIA DE SÍMBOLOS

S – dentro de um círculo

A – dentro de um círculo

Espingarda: N° 12

1878

5464 (Lateral direita) 5464 5464 (duas
sequência de números iguais na vertical)
8838

234

CANHÕES:

Os canhões são quatro exemplares, de tamanhos diferentes, três de ferro e um de bronze. Dois exemplares se encontram encravado do lado de fora do Monumento, nos quais não se visualiza nenhuma inscrição, e os outros dois no interior do Museu. O Canhão de ferro do interior do Museu apresenta na lateral direita uma inscrição com a letra F e na lateral esquerda a inscrição SOLIDE. No Canhão de bronze somente foi possível naquela ocasião perceber que havia um símbolo sem mais identificações.

O segundo momento constou da conferência do material bélico no Museu do Jenipapo e suas respectivas inscrições pelos Sargentos Valburg e Emerson, os quais puderam fazer um contato direto com os mesmos, além de um levantamento

mais apurado de novos dados, acrescentando outras referências, de acordo com o seu conhecimento sobre armamentos. A partir desse levantamento foi possível aos Sargentos compararem os dados e concluírem emitindo um parecer geral e as características de cada arma em particular, concluindo assim a última etapa do trabalho de identificação das mesmas.

De acordo com os Sargentos Valburg e Emerson as armas relacionadas encontram-se em péssimo estado de conservação, apresentando avançado estado de oxidação, em cujos canos encontram entupidos com argila/barro, apresentando em algumas delas, parte de alguns mecanismos quebrados. Os calibres foram medidos levando em consideração a boca do cano (saída) das referidas armas, tendo em vista o fato de nenhuma delas apresentarem condições de terem seu ferrolho aberto, para a medição na câmara.

235

Os mecanismos encontrados nas armas de número 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, sugerem não ser compatíveis com as armas da época da Batalha do Jenipapo, o que pode ser confirmado em documento de solicitação de suprimentos onde ainda se usava o mecanismo PEDERNEIRA, o que não ocorre com as peças de artilharia, as quais estão no Museu do Jenipapo e são consideradas como pertencente àquele contexto histórico.

A partir da análise das armas se percebe uma descrição detalhada e específica de cada uma em particular, ao tempo em que se podem conferir as informações

técnicas das armas existentes no Museu do Jenipapo em Campo Maior, no Estado do Piauí.



Figura 1. Arma Nº 01 - Fuzil calibre 7,62mm.

Características: Inscrição na culatra 2759/GBT 2401, retrocarga, alma raiada, ferrolho móvel, arma de repetição. Arma Nº 02 - Fuzil calibre 7,65mm.



Características: retrocarga, alma raiada, suporte para baioneta, ferrolho móvel, arma de repetição, carregador embutido (com capacidade, suposta, para até 05 cartuchos).



Arma Nº 03 - Carabina “WINCHESTER” Calibre. 44’.

Características: Número de série 655072, retrocarga, alma raiada, ferrolho móvel, arma de repetição, carregador fixo tipo tubular. Arma Nº 04 - Espingarda calibre 11 mm.



Características: retrocarga, alma lisa, suporte para baioneta, arma de repetição, (mecanismo idêntico ao da arma de Nº 07 e 11).



5



6



7



8

Figura 02 - **Arma Nº 05** - Fuzil Mauser calibre 7,0mm.

Características: modelo Argentino, retrocarga, alma raiada, suporte para baioneta, ferrolho móvel, arma de repetição, com local para carregador embutido (com capacidade, suposta, para até 05 cartuchos).

Arma Nº 06 - Espingarda calibre 20,0mm.

Características: antecarga, alma lisa, cão externo, sem ferrolho, arma de repetição, com porta espoletas embutido na coronha e vareta para realizar o carregamento e limpeza do cano.

Arma Nº 07-Espingarda calibre 11,0mm. Características: inscrição de série “EM 8 ENACA” de retrocarga, alma lisa, suporte para baioneta, arma de repetição

(mecanismo idêntico ao da arma de Nº 04 e 11).

Arma Nº 08 - Espingarda calibre 11,0mm. Características: retrocarga, alma lisa, com ferrolho, local para carregador embutido, com suporte para baioneta, arma de repetição.



Figura 2. **Arma Nº 09** - Espingarda calibre 12,0 mm. Características: retrocarga, alma lisa, arma de repetição e cão externo. **Arma Nº 10** - Espingarda calibre 11,0 mm. Características: Nº de série 75709, retrocarga, alma lisa, arma de repetição. **Arma Nº 11** - Espingarda calibre 11,0 mm. Características: retrocarga, alma lisa, com baioneta, arma de repetição (mecanismo idêntico ao da arma de Nº 04 e 07). **Arma Nº 12** - Espingarda calibre 11,0 mm. Características: inscrição PW – 1684, retrocarga, alma lisa, ferrolho móvel, repetição.

As peças de artilharia e demais munições que se encontram no Monumento Museu do Jenipapo, sendo duas na parte externa e duas na interna, são compatíveis com a época da Batalha do Jenipapo.



239

Figura 3: 1. 01 peça Cal 111,0 mm, medindo 1,35 m, alma lisa, antecarga, sem inscrições. 2. 01 peça Cal 90,0 mm, medindo 1,55 m, alma lisa, antecarga, sem inscrições legíveis.



24

240

Figura 4: 1. 01 peça Cal 75.0 mm de alma raiada, antecarga, com inscrições na parte posterior “2.2.17”. 2. 01 peça Cal 110.5mm de alma lisa, antecarga, com inscrições na parte posterior “F SOLID”. 3: Projétil de canhão.

Dos canhões expostos no Monumento Museu do Jenipapo, uma curiosa referência põe em evidência a peça de bronze e dois projéteis, os quais apresentam indícios mais aproximados de sua reminiscência com a Batalha do Jenipapo. As referidas peças foram expostas em uma exposição comemorativa do centenário da Independência, quando na referida ocasião os municípios piauienses levaram para a sede do evento, na capital, a história e a produção referentes a cada localidade.

De maneira que o município de Campo Maior expôs, além dos produtos que incluíam o couro do gado e a cera da carnaúba, os instrumentos bélicos remanescentes da Batalha do Jenipapo com a seguinte referência: “Canhão de bronze tomado pelos rebeldes às forças comandadas por Fidié, na Batalha do Genipapo, em Campo Maior” (CATÁLOGO, 1923, p. 33).

241

Ao tempo em que, também faz referência aos projéteis: “2 balas encontradas no local onde se travou a célebre batalha do Genipapo (13 de março de 1823)” (IDEM, 65). O referido canhão de bronze encontra-se hoje no Museu, porém existe apenas um projétil, o qual parece não corresponder aos mesmos referenciados na exposição. Sobre o referido projétil existente no Museu do Jenipapo, o qual mede em torno de quadro centímetros, há uma inscrição que diz: “Uma bala encontrada na roupa de Fidié, na cidade de Caxias, do Estado do Maranhão, onde se achava localizada o antigo quartel do 5^o Fuzileiros de Infantaria. Oferece Vicente Paulino da Silva. À Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí. Em 30-7-194 (...)”. A referida inscrição, feita em

máquina de datilografia encontra-se bastante desgastada a sua legibilidade, de forma que o final da data indicando o ano exato da doação não se identifica mais.

Outras quatro balas de canhão são referenciadas na inauguração do Monumento e Museu do Jenipapo como tendo sido encontradas no Morro do Alecrim, em Caxias no Maranhão (O DIA, 1974, p. 02). Entretanto esses projéteis não foram localizados até a finalização dessa pesquisa. Possivelmente tenham desaparecido como o ocorrido outras peças.

As espingardas do Museu do Jenipapo apresentam uma variedade de modelos e características, como foi possível se perceber na identificação acima. Para se estabelecer uma melhor compreensão, as mesmas foram agrupadas considerando suas características peculiares. As armas de forma geral se classificam quanto à alma do cano. De acordo com essa classificação ficaram assim agrupadas: 1 – As de cano de alma lisa, e, portanto caracterizadas como espingardas de curto alcance e pouca precisão são as de Nº 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e nessa categoria estão às armas de cano longo. 2- As de cano de alma raiada, e que apresentam maior precisão são as de Nº 1, 2, 3, 5, e 13.

O raizamento do cano diz respeito a um mecanismo de pressão helicoidal cavada ao longo do cano, a partir do qual ocorre um feito de rotação da bala, possibilitando uma maior eficácia do tiro (SANTOS, 2010, p. 21).

Quanto ao sistema de carregamento, apenas uma apresenta o carregamento de antecarga, ou seja, de carregamento pela boca do cano, um mecanismo que demanda tempo e outros equipamentos para a sua realização. As demais são de carregamento de retrocarga, quando são carregadas pela parte de trás, ou pela culatra. Seu uso se generalizou a partir do aparecimento do cartucho por volta de 1840. Quanto ao funcionamento, todas são dotadas do mecanismo de repetição, quando as armas são capazes de ser disparadas mais de uma vez antes que seja necessário recarregá-la. A arma de Nº 2 e 5 e 13 são armas com munição de cartucho, embora a grande maioria das armas se mantenha com um só tiro.

As espingardas 1, 2, 3, 5, 8 e 12 são de ferrolho, um mecanismo de carregamento pela culatra. Essas espingardas surgiram na Europa em meados do século XIX. Desse modelo é famoso o Mauser Argentino, entretanto a Carabina “WINCHESTER” calibre 44'', a de Nº 3 foi desenvolvida e usada no final da Guerra Civil Americana por volta de 1861, trazendo grande vantagem à cavalaria ao disparar doze tiros por minuto contra três da infantaria armados com espingardas de percussão. Esta carabina se tornou lenda na conquista do Oeste Americano.

As armas de artilharia têm seu uso compatível com o período da Batalha do Jenipapo, contudo as armas de infantaria são originárias do século XIX em um período bem próximo, porém posterior ao da Batalha do Jenipapo. Entretanto, em relação aos equipamentos bélicos torna-se necessário uma investigação contínua

com a população e em museus existentes no interior do Estado do Piauí, na tentativa de se encontrar alguma arma de fogo ou de construção popular usada no período, uma vez que muitas armas e documentos do Museu do Jenipapo foram retiradas de lá e não mais devolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa contribuiu para uma maior compreensão do contexto histórico da Batalha do Jenipapo, assim como para a o aprofundamento de uma abordagem arqueológica dos artefatos bélicos ainda remanescentes no campo de batalha. A referida pesquisa está inserida em uma abordagem arqueológica dos campos de batalha e com essa abordagem não se encerra essa investigação. Podemos considerá-la apenas como um aperitivo a estimular o aprofundamento do tema, pois no contexto da mesma batalha podemos encontrar referências a outras que também ocorreram na mesma época e com a participação de parte das mesmas tropas, entretanto elas são ignoradas pela historiografia e os diferentes campos devem ser mapeados e pesquisados.

244

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense. 2008. 399 p.: 21 cm. – (Coleção antropologia e Ciência Política; 41).

ARAUJO, José Luis Lopes. SOUSA, Accyolli Rodrigues Pinto de. O Rio Longá e o povoamento do norte do Piauí. Teresina, 2009. p. 72.

BATISTA, Jefferson Alves. Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura. In: Revista Saber Eletrônico. Ano 1, v. 1, Nov. /jun. 2010. p. 107.

CARDOSO, José Carlos Loio Pinheiro. Armas de fogo de cano de alma lisa: contribuição para análise das características do disparo. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses), Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra - Portugal, 2011. 188p. p. 21.

CATÁLOGO dos Produtos Piauienses na Primeira Exposição Estadual do Piauí, realizada em 24 de Janeiro de 1923, comemorativa do Primeiro Centenário da sua adesão à Independência do Brasil. Teresina, 1923. p. 33; 65.

CHAVES, Monsenhor Joaquim O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. 231p. p. 87-88.

DUNNEL, Robert C. Classificação em Arqueologia. Tradução Astolfo G. M. Araujo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 264 p. p. 152.

GEERTR, Clifford. Uma descrição densa: por uma interpretação da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 15; 21.

INDEPENDÊNCIA. Arquivo Público do Piauí. Cod. 001. 1821-1824.

LIMA, Tânia Andrade Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011. p. 12;13;15;16;17;19.

MIRANDA, Reginaldo. A ferro e fogo: vida e morte de uma nação indígena no sertão do Piauí. Teresina: 2005. 278 p. p.

NUNES, Odilon. Independência do Piauí. In: Revista da Academia Piauiense de Letras, n. 64, ano LXXXIX. Teresina, 2006. p. 25-37. p. 35.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Participação popular questionada no processo de independência no Piauí. Revista Espaço-Tempo, v. 2, UFPI – Teresina, 1991. p. 155-170. p. 158;169.

SANTOS, Gervásio. Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Zodiaco, Teresina, 2012. 160 p. p. 21.

SOUSA, Marcos André Torres de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección científica, 2002, p. 63-85. p. 72-73.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. In: Revista de Arqueologia, 21, n. 2, p. 73-96, 2008. p. 76;83;84;85.

TIGGER, Bruce G. História do pensamento arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra: [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. p. 390.

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección científica, 2002, 127p. p. 06;09

JORNAL

O DIA. Ano XXIII n. 4.056 – Teresina, 14 de novembro de 1974. p. 02